

Uma nau de insensatos

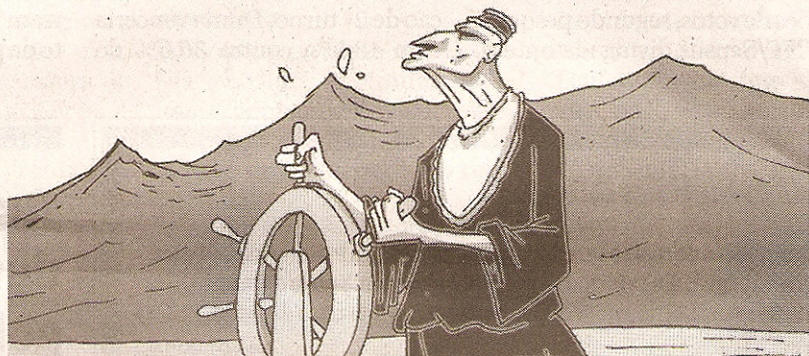
Agora já são três meses de paralisação dos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Para o espanto de todos. Não há o que comemorar. Não caberiam cumprimentos nem em tom de ironia, aos insensatos timoneiros dessa Nau habitada por injustiças.

O Poder Judiciário vinha sendo ao longo da recente história, um dos últimos baluartes nos quais podíamos confiar. Ancorar-nos. Representava a garantia para as pessoas que tentam, cotidianamente, viver da forma mais correta possível, cumprindo a Lei.

O triste e constrangedor é que a Instituição "Poder Judiciário" vem sendo, a cada ano que passa, atingida por denúncias de corrupção, de compra de sentenças, escândalos, tal qual vinha acontecendo com o Legislativo e o Executivo. Aumentou, dessa forma, a sensação de orfandade para os cidadãos que precisam confiar que não estão sozinhos.

Acredito que seja preciso atentar para a gravidade desse fato. Não que os Juízes e Desembargadores não sejam seres humanos como todos nós, sujeitos às mazelas que atingem a média dos brasileiros. Não que não saibamos que felizmente, habitam dignos homens e mulheres de Toga nesse cenário, honrando um lugar tão especial em nossa sociedade.

Entretanto a gravidade a que me refiro consiste no fato de que sendo



eles os árbitros, os que darão a palavra final, de quem esperamos justiça, pouco podem ou devem errar. Cabe-lhes aplicar a Lei e, desnecessário dizer, respeitá-la.

No caso específico da greve dos funcionários do TJ de São Paulo, lamentavelmente não é o que ocorre. A cúpula do Tribunal está se recusando a cumprir a Lei, não dando a reposição salarial prevista. Sem nenhuma base legal, uma vez que o Dissídio de greve sequer foi julgado, retém salários de grevistas, tentando quebrar a espinha dorsal de um movimento legítimo, que luta por Justiça para todos, inclusive para a população que é atendida pelo Judiciário.

E, o que é pior, dissemina inverdades para a população, responsabilizando os trabalhadores pelo longo período de greve que, sabemos, prejudica a todos. Ocorre que está nas mãos dos insensatos Timoneiros dessa desgovernada Nau a solução do impasse.

Se os setores organizados de nossa sociedade não puderem resistir às injustiças, utilizando instrumentos legais como o direito de greve, garantido pela Constituição Federal (Art. 37 - VII), mantendo as atividades essenciais, que é o que está ocorrendo, o que nos restará senão sucumbir ao poder do mais forte, à barbárie.

Os jornais vêm mostrando que vários movimentos de greve no Estado de São Paulo iniciaram juntamente ou depois do Judiciário e já acabaram em função das negociações e dos pactos estabelecidos, o que é esperado que aconteça.

Não interessa aos funcionários do Judiciário prolongar essa greve. Interessa, sim, manter a dignidade e o respeito, com o mínimo de reposição salarial. E por isso seguem, ainda que com os salários cortados (e Deus sabe o quanto isso nos custa), porque nem só de pão vive o homem, mas de toda a dignidade possível.